



**INSTITUTO DE HUMANIDADES**

**BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES–BHU**

**ALIU TCHALÁ**

**CRISTIANISMO E OCUPAÇÃO EUROPEIA: UM ESTUDO SOBRE MISSÃO  
JESUÍTA NA PARÓQUIA DE CACHEU, GUINÉ-BISSAU/ÁFRICA.**

**ACARAPE-CE, 2025**

**ALIU TCHALÁ**

**CRISTIANISMO E OCUPAÇÃO EUROPEIA: UM ESTUDO SOBRE MISSÃO  
JESUÍTA NA PARÓQUIA DE CACHEU, GUINÉ-BISSAU/ÁFRICA.**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) em formato de projeto de pesquisa, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB).

**Orientador:** Prof. Dr. Luís Tomás Domingos

**ACARAPE-CE, 2025**

**ALIU TCHALÁ**

**CRISTIANISMO E OCUPAÇÃO EUROPEIA: UM ESTUDO SOBRE MISSÃO  
JESUÍTA NA PARÓQUIA DE CACHEU, GUINÉ-BISSAU/ÁFRICA.**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), apresentado ao Instituto de Humanidades, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para à obtenção do título de Bacharel na Humanidades.

Aprovado em: 01 /12/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr.: Luís Tomás Domingos

Orientador e presidente

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

---

Prof. Dr.: Ricardino Jacinto Dumas Teixeira

Examinador

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

---

Prof. Dr.: Prof. Dr. Luís Carlos Silva de Sousa

Examinador

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

## **Resumo**

Parte-se do entendimento de que as sociedades africanas possuem as estruturas políticas, econômicas e sociais internas, orientadas por dinâmicas de conflitos e alianças durante séculos antes da chegada dos colonizadores europeus. No contato com o imperialismo europeu, nota-se uma transformação profunda nunca antes vista na história dessas sociedades. Após as independências, persistem ainda as heranças coloniais, configurando-se como um dos principais temas de debate nas ciências humanas contemporâneas, especialmente nas academias de viés anticolonial das antigas colônias. Dentro da multiplicidade e da complexidade desse campo de estudos, destaca-se a discussão sobre a influência do cristianismo no processo colonial. Assim, o nosso trabalho interessa-se em compreender a atuação da Missão Jesuíta na paróquia de Cacheu, atual Guiné-Bissau, durante o período da ocupação europeia. A partir da leitura bibliográfica, fundamentada no método qualitativo, observa-se que a missão jesuíta — criada um século após o início da expansão portuguesa — desempenhou um papel significativo tanto no comércio atlântico quanto na difusão da ideologia colonial.

**Palavras-chave:** Ocupação europeia, cristianismo, missão jesuíta, Senegâmbia, Cacheu/Guiné-Bissau.

## SUMÁRIO

|        |                                                                                             |    |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1.     | INTRODUÇÃO.....                                                                             | 6  |
| 2.     | JUSTIFICATIVA.....                                                                          | 8  |
| 3.     | OBJETIVOS.....                                                                              | 9  |
| 3.1.   | Objetivo geral.....                                                                         | 9  |
| 3.2.   | Objetivos específicos.....                                                                  | 9  |
| 4.     | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....                                                                  | 10 |
| 4. 1.  | A Costa da Guiné: do Mali ao comércio Atlântico.....                                        | 11 |
| 4.1.1. | O Império do Mali: federação de reinos.....                                                 | 12 |
| 4.1.2. | O Kaabu: o império de encontros comerciais.....                                             | 15 |
| 4.2.   | O “Descobrimento”: Expandir Além-Mar.....                                                   | 18 |
| 4.2.1. | Ceuta, Salvaguarda da Independência de Portugal.....                                        | 19 |
| 4.3.   | Missão Jesuíta.....                                                                         | 23 |
| 4.3.1. | Padroado de Portugal: Paróquia de Cacheu.....                                               | 25 |
| 4.3.2. | Igreja, missão e escravidão atlântica: “Nem na Ilha nem cá podemos viver sem escravos”..... | 28 |
| 5.     | METODOLOGIA.....                                                                            | 32 |
|        | REFERÊNCIA.....                                                                             | 36 |

## 1. INTRODUÇÃO

É possível afirmar que o processo da ocupação e da dominação política e cultural europeia - e suas heranças - no continente africano compõe, na contemporaneidade, um dos temas centrais do debate nas ciências humanas, sobretudo das academias das antigas colônias. Tratar desse assunto exige considerar múltiplos e complexos elementos, entre os quais não se pode negligenciar o aspecto religioso. É bom lembrar que quando se trata de histórias e culturas dos povos africanos, destacam-se as resistências, as dinâmicas de estruturas políticas e sociais, a afirmação identitária e formação de novas identidades. Nesse sentido, o debate sobre a relação entre as crenças religiosas e as políticas expansionistas no contato entre os povos no continente africano precisa necessariamente passar na revisão desses aspectos.

Percebe-se que esse assunto, ou seja, relação entre a política expansionista e a religião (cristianismo no caso) é correntemente tratado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), principalmente nos campos das ciências humanas, no qual o cristianismo parece elemento indissociável do mecanismo da dominação cultural e política europeia. De forma mais direta, entende-se, em vários estudos, que os cristãos, ou melhor, os missionários, durante o período da ocupação da África, atuaram intencionalmente para a configuração e a manutenção do sistema colonial opressor.

Levando em consideração suas heterogeneidades (missões cristãs), em diversos aspectos, é difícil resumir todas as ações da Ordem missionária numa única pesquisa, como é o nosso caso. E devido o contexto da sua criação e o papel que desempenhou na África ocidental em especial, o seu caráter universal, e o período histórico em que se trata: o “descobrimento”, interessa-nos indagar: como a Missão Jesuíta atuou na Paróquia de Cacheu, Diocese de Santiago (Cabo Verde), no período da ocupação europeia, especificamente entre os anos de 1604 a 1619? O que levou os cristãos europeus a se envolverem na escravização dos nativos africanos? Antes de entender isso, propõe-se compreender o sistema sociopolítico e econômico dos habitantes da costa da Guiné, principalmente da atual Guiné-Bissau, antes de os europeus ocuparem esses territórios.

Embora não seja foco do nosso estudo, importa compreender como os africanos-cristãos são vistos e se posicionam, academicamente falando, na UNILAB, nas discussões sobre a colonização e descolonização, em todos os sentidos, levando em consideração o

envolvimento dos cristãos na ocupação territorial e na escravização dos africanos. Até que ponto os estudantes cristãos, sobretudo africanos, se interessam em discutir a colonização europeia?

A nossa pesquisa objetiva compreender a atuação da missão jesuíta (Companhia de Jesus) na paróquia de Cacheu no período da ocupação europeia. Cacheu fica situada na atual Guiné-Bissau, antiga colônia portuguesa. Guiné-Bissau situa-se na costa da África Ocidental, e abrange uma área de 36.125 km<sup>2</sup>, dividida em nove (9) regiões, incluindo o setor autónomo de Bissau. Limita-se ao norte com o Senegal, e ao sul e ao leste com a República da Guiné Conacri, e ao oeste com o Oceano Atlântico. Apresenta um clima tropical (Baldé, 2023).

A partir da análise documental, bibliográfica e estudo de campo, a nossa pesquisa adotará método de estudo qualitativo. Acreditamos que, além de contribuir para o debate sobre as relações entre fé e poder político colonial, esta pesquisa busca ampliar a compreensão acerca da formação histórica das identidades africanas, em especial dos povos da atual Guiné-Bissau.

## **2. JUSTIFICATIVA**

Falar sobre a ocupação/colonização europeia requer, sem falta, discutir a presença do cristianismo nesse processo. É por isso que esse assunto - relação entre cristianismo e colonização europeia - assim compreendemos, é recorrente na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sobretudo nas ciências humanas, onde muitas vezes a fé cristã é interpretada como instrumento de dominação cultural e política. E ainda que se baseie nas abordagens documentadas e históricas, esse assunto desencadeia debates complexos sobre fé, pertença cultural e identidade.

A complexidade desse assunto, com certeza, é a base de perguntas como estas: “Você tem coragem de estudar isso?” “Você quer se ‘desviar’?” Estas são as primeiras questões a enfrentar depois da escolha deste tema. Quer dizer, num certo sentido, os cristãos, sobretudo os africanos, não devem envolver-se ou estudar assuntos como esses nas academias não confessionais, ou se estudarem vão ter que fazer uma escolha: ou africano ou cristão; ou “religioso” ou cientista social.

Vale mostrar aqui que nunca convivi num lar cristão, ou seja, as minhas famílias não são cristãs, mas desde a minha infância tornei-me membro da comunidade cristã. Entretanto, a minha identidade não era algo em questionamento: ou cristão ou mandjaku<sup>1</sup>.

Porém, atualmente, como estudante de uma universidade de viés decolonial ou anticolonial - espaço onde se discute muito sobre herança colonial e o resgate dos valores que foram apagados ou silenciados no passado, o que implica a desconstrução da visão do mundo europeu (discussão necessária) - a minha identidade (cristão-africano ou africano-cristão), sem dúvida, não deixaria de ser algo questionado. Quer dizer, ser africano e, ao mesmo tempo, ser cristão (levando em consideração a história do cristianismo em África nos séculos passados) não deixaria de ser um assunto de grande repercussão. Para muitos, ser africano-cristão não passaria de uma alienação. Conjunto dessas colocações despertou a minha atenção nesse assunto.

A nossa pesquisa aponta compreender o papel da Missão Jesuíta na divulgação da cultura e ideologia europeia no período da ocupação imperialista na costa da África Ocidental, especificamente na paróquia de Cacheu, região de atual Guiné-Bissau.

A opção Missão Jesuítas não está relacionada à noção de que é a "pior" ou "melhor" missão, mas sim, foi a primeira missão a estabelecer-se de maneira permanente por um período de tempo na primeira igreja da costa da Guiné: Nossa Senhora de Natividade, em Cacheu.

O recorte espacial deriva-se dos seguintes motivos: Cacheu, como cidade, era a antiga capital da Guiné portuguesa (de 1641 a 1834 e, numa segunda vez, de 1842 a 1853). Embora nesses períodos a missão jesuíta já tinha abandonado o campo missionário, costa da Guiné. E também Cacheu era o centro de comércio de “escravos” na costa da África Ocidental. Como região, Cacheu pertencia à região (Senegâmbia) de grande destaque, assim que os europeus chegaram. Segundo Justen da Costa (2022), a região de Cacheu fornecia ao governo imperial produtos, e isso posicionava a região na lista de referências dos portugueses; além disso, permitia acesso às outras localidades. A paróquia de Cacheu, da diocese de Cabo Verde,

---

<sup>1</sup> Inicialmente, não recordo com precisão a minha idade naquela época; ocasionalmente, eu frequentava a igreja católica da minha terra natal, Fulacunda. Com o decurso de um período, comecei a assistir aos cultos da igreja evangélica de Fulacunda, estabelecida por um casal de missionários brasileiros. Na minha casa, eu era a única que seguia a religião evangélica. Para meus avós, tios e tias, a minha conversão ao cristianismo não era um problema. Na casa, o responsável, assim posso dizer, da família, o meu avô, era muçulmano e a sua mulher não era; e o restante da família, além da minha irmã católica, ninguém tinha a prática religiosa regular. E mandjaku é um dos grupos “étnicos” da Guiné-Bissau, residentes em várias regiões, na sua maioria na região de Cacheu.

construída na cidade de Cacheu, foi a primeira paróquia da costa da Guiné. A missão dos jesuítas nessa região decorreu entre os anos de 1604 a 1619.

Este trabalho, a partir do seu resultado de análise documental, bibliográfico, e estudo de campo enriquecerá o debate acadêmico, no sentido em vai contribuir na demonstração do papel das religiões na formação da estrutura social de sociedades pré-coloniais e colonial, a partir da realidade da Península Ibérica e da região da Senegâmbia, apresentando relação entre a religião e a esfera política, social e econômica. Isto, certamente, possibilitará maior entendimento sobre a formação histórica das identidades africanas, sobretudo dos povos da atual Guiné-Bissau; o fato que pode, sem dúvida, contribuir na compreensão das origens de atuais questões sociopolítico e econômicas do país. Acreditamos que descolonizar, em todos os sentidos, exige compreender, de forma documentada e crítica, os mecanismos da ocupação e da dominação.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

Compreender como a Missão Jesuíta atuou na paróquia de Cacheu, atual Guiné-Bissau, durante o período da ocupação europeia.

#### **3.2. Objetivos específicos**

- a) Demonstrar o sistema sociopolítico e econômico nos territórios da costa da Guiné antes da ocupação europeia;
- b) Relatar o contexto da emergência e da expansão da Missão Jesuíta;
- c) Entender o papel da Igreja Católica Romana Apostólica nas políticas expansionistas portuguesas e na legitimação da escravidão de africanos;
- d) Discutir o cristianismo como elemento de construção e conflito na afirmação da identidade africana.

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O nosso trabalho embasa-se em duas grandes vertentes: historicização das sociedades africanas e da política expansionista europeia e da leitura sociológica da religião, um olhar sobre a religião tanto como elemento de construção e transformação da sociedade e como elemento de resistência e de formação identitária.

A nossa fundamentação teórica parte-se da retomada de alguns aspectos sociopolítico do Sudão Ocidental, em especial, costa da Guiné antes da chegada dos europeus, consequentemente a história dos dois grandes Impérios: Império do Mali e Império do Kaabu (Gabu). Para isso, optamos por selecionar os volumes da História Geral da África especialmente capítulos do volume 4: *Do século XII ao XVI* e do volume 5: *Do século XVI ao XVIII*. Capítulos redigidos por Christophe Wondji (historiador da Costa do Marfim), Madina Ly-Tall (historiadora, diplomata e ativista política do Mali), Djibril Tamsir Niane (renomado historiador da Guiné Conacri), Boubacar Barry (renomado historiador senegalês, professor da História Moderna Contemporânea da Universidade Cheik Anta Diop). Além desses, trabalhamos com a obra de Carlos Lopes (historiador, economista e sociólogo guineense) - *O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos* - e do próprio Boubacar Barry - *A Senegâmbia do séc. XV ao séc. XX: em defesa de uma história sub-regional da Senegâmbia*.

Essas obras vão nos permitir fazer uma nova leitura das sociedades africanas, mostrando a origem da formação e dinâmica das estruturas ou instituições políticas, econômicas, sociais e religiosas dos impérios ou sociedades da África Ocidental, particularmente as regiões que compõem a Senegâmbia (antes da ocupação europeia), diferente da abordagem eurocêntrica.

E em seguida, para entender os principais motivos (políticos e religiosos) da expansão portuguesa, trabalhamos com as principais obras: *A conquista de Ceuta: Aspectos políticos e estratégicos*, de João José Brandão Ferreira (2022), e o livro de Alexandre António da Costa Luís<sup>2</sup> (2023) – *Estudos sobre a Expansão portuguesa*, nos seus respetivos capítulos: *Crescer no além-mar para salvaguardar a independência portuguesa: A conquista de Ceuta* (capítulo

---

<sup>2</sup> É importante mostrar que os dois autores são portugueses. São eles que vão nos ajudar entender os principais fatores que impulsionaram a expansão portuguesa.

1) e *Da defesa do Reino à construção do Império capítulos: Mito de Qurique e a ideologia da expansão portuguesa (século XV – XVI, (capítulo 8)*. Nas duas leituras notam-se a relação entre poder político-militar e religioso na construção da identidade nacional.

Por fim, contextualizaremos a emergência do Companhia de Jesus; e o que levou ou incentivou o envolvimento de religiosos cristãos na comercialização dos nativos do continente africano, para isso, vamos fundamentar-se na monografia de Luís Fernandes Júnior (2016) - *Religião como meio de resistência cultural na Guiné-Bissau* - trabalho apresentado como requisito da obtenção do título de graduação na UNILAB -. E na obra de Carlene Recheado (2010) - *As Missões Franciscana na Guiné (Século XVII)*. Essas obras vão nos ajudar a compreender a dinâmica missionária, as conversões ao catolicismo, as relações sociais entre os missionários, os habitantes locais e as entidades portuguesas na Guiné.

Sem dúvida, as obras selecionadas fornecem bases às releituras sociológicas, seja no cânone, seja na sociologia africana contemporânea. Ou seja, durante a nossa pesquisa, a partir desses textos iremos discutir (não neste projeto) o conceito da dominação simbólica, poder tradicional, legal e religioso, resistência, identidade dos autores como Weber, Durkheim, Bourdieu, Mbembe e Mudimbe.<sup>3</sup>

#### **4.1 A Costa da Guiné: do Mali ao comércio Atlântico**

A nossa delimitação geográfica abrange uma rica trajetória histórica antes da chegada das caravanas europeias. Para discutir e entender a política expansionista dos Estados europeus, a nosso ver, demanda revisar alguns aspectos históricos dos dois grandes impérios do Sudão Ocidental: Império do Mali e o Império do Kaabu<sup>4</sup>. Assim, o nosso recorte temporal, nesse ponto, demarca-se entre os séculos XII e XVII. Esse período, compreende tanto o nascimento e o declínio do Mali quanto do florescimento do Kaabu e o seu fim.

A partir de Carlos Lopes (2005), retomando Niane, conforme, a história do Império do Kaabu pode ser dividida em quatro etapas: pré-mandinga (que se estende até o século XII),

---

<sup>3</sup> Neste trabalho, projeto de pesquisa, não discutimos os conceitos desses autores.

<sup>4</sup> Também é chamado de Gabu. Na atual Guiné-Bissau, existe uma região, e uma cidade - capital administrativa da mesma região - chamada de Gabú, que se encontra no norte do país.

dominação malinquê<sup>5</sup>, Kaabu independente e o seu declínio. Como aponta Lopes, conhecer o Kaabu remete, antes, a conhecer o Mali, e mesmo reconhecendo a sua vastidão sobre o seu conhecimento, “e na sua vertente política, muito útil para compreender o Kaabu”. Ou seja, “(...) o Kaabu merece ser considerado como o verdadeiro herdeiro da tradição guerreira do Mali” (Lopes, 2005, p.12).

#### **4.1.1 O Império do Mali: federação de reinos**

O declínio do Império de Gana<sup>6</sup> (século XI) abriu novos desafios entre reinos do Sudão Ocidental. Os principais fatores condicionantes dessa virada histórica - fim do Império de Gana, fundado por Soninke/Sarakolle (subgrupo do povo manden<sup>7</sup>) - são as independências de reinos poderosos, província de Takur, por exemplo, e ataques dos reinos fora do seu domínio, Songhai no caso. E a conquista de Kumbi-Saleh (capital de Gana), em 1076, por parte dos Almorávidas<sup>8</sup>, demarca a perda total do poder militar do grande Império (Niane, 2010).

Essa derrota, conforme Djibril Tamsir Niane (2010), provocou a sequência de batalhas e deslocamento entre os fundadores de Gana, povoando, inicialmente, no vale de alto Niger, e posteriormente ocuparam as regiões do Atlântico. Dentre as séries de guerras do manden com os seus inimigos, marca-se a batalha de Kirina (guerra entre manden e os sosoe), como início da segunda expansão do povo manden - fundação do Império do Mali.

Os sosoe, segundo Niane (2010), é uma parte do clã mandinka (manden) que se interessava em expandir os seus territórios e firmes em eliminar o Islã que se expandia no Sudão Ocidental. Com isso, os sosoe tinham que confrontar os que se consideram descendentes do companheiro do profeta Maomé, Dion Bilali, os keita (um dos clãs manden).

---

<sup>5</sup> Nome de um grande grupo étnico da África Ocidental, parte do conjunto Mandê, chamado também de Mandinka, Mandingo, Malinké, e dentro desse grande grupo existem subgrupos, Niane (2010). Hoje esse grupo está presente em vários países da África Ocidental, sobretudo no atual Mali, Gâmbia, Guiné-Bissau, Senegal, Burkina Faso, Costa do Marfim.

<sup>6</sup> Sua fundação é considerada da primeira expansão manden.

<sup>7</sup> Em vários momentos é usado para designar o próprio reino ou territórios ocupados por esse grupo.

<sup>8</sup> Uma dinastia e movimento religioso, político-militar muçulmano, fundadores de grande império do século XI, que reúne territórios de Mauritânia, Marrocos e a partes da Península Ibérica.

Os Kante, finais do século XII, unificaram reino de Sosoe e Kaniaga, sob comando do chamada rei-feiticeiro, Sumaoro Kante, chegando ao fim após a derrota na batalha de Kirina, no qual Sundiata Keita saiu como vencedor. A vitória de Kirina, como pode entender, Segundo Niane (2010, p. 150), “não foi apenas um triunfo militar dos aliados; consolidou também a aliança entre os clãs, e, embora essa guerra de fetiches e magia tivesse garantido a hegemonia da dinastia dos Keita, paradoxalmente foi o prelúdio da expansão do Islã, pois Sundiata fez-se protetor dos muçulmanos”. Eliminou os seus adversários, e não só, Keita “dominou quase todos os territórios outrora controlados pelo Império de Gana” (Niane, 2010, p.150).

A vitória de Kirina restaura a unificação dos reinos do Sudão Ocidental por meio da política expansionista. Entre os chefes militares manden, Tiramanghan Traoré se destacou; foi ele quem liderou a guerra na direção da Senegâmbia, invadindo Casamance e zonas altas da atual Guiné-Bissau, o Kaabu. Tiramanghan Traoré é considerado do invasor das terras do oeste do Império do Mali (Lopes, 2005).

Os territórios invadidos foram unificados - Unidade do Sudão Ocidental. Mali, como Império, funciona nos princípios administrativos federais a partir de uma Constituição, conhecida como Constituição do Mali<sup>9</sup> elaborada oralmente por uma assembleia dos manden. Nela percebe-se, para não mencionar todos, como propõe Niane (2010, p. 151), os seguintes fatos:

*a) Sundiata Keita foi solenemente proclamado mansa (em maninka) ou maghan (em soninke), isto é, imperador, rei dos reis. Cada chefe aliado foi confirmado farin de sua província; apenas os chefes de Nema e Wagadu receberam o título de rei.*

*b) A Assembleia decretou que o imperador deveria ser escolhido na linhagem de Sundiata (...).*

---

<sup>9</sup> Conhecida também como a *Carta de Kurukan Fuga*, local onde realizou-se a grande Assembleia, Niane (2010). Reconhecido por UNESCO como o Patrimônio Cultural Imaterial.

c) *Decidiu -se que, em conformidade com a tradição antiga, o irmão sucederia ao irmão (sucessão fratrilinear<sup>10</sup>).*

d) *Proclamou -se que o mansa seria o juiz supremo, o patriarca, o 'pai de todos os seus súditos' – daí a fórmula Nfa mansa, 'Senhor, meu pai', usada por quem se dirigia a ele.*

Após a batalha de Kirina, os clãs do manden estabelece a capital do Império em Mani ou Niani, local estratégico tanto do ponto de vista militar quanto econômico. E a nova capital “(...) tinha uma população cosmopolita, já que abrigava representantes de todas as províncias, bem como de todas as corporações de ofício. O conquistador restaurou a tradição segundo a qual os filhos dos farin e dos reis vassalos deviam ser educados na corte” (Niane, 2010, p. 156).

E não durou muito tempo para que a Constituição começasse a ser violada. Após a morte de Sundiata Keita, o mansa Yerelenku, o filho mais velho, em 1250, assumiu o poder, rompendo com o princípio de sucessão fratrilinear.

Outro aspecto a destacar é que os manden, desde tempos remotos, antes do Império do Mali, tiveram contato com os árabes, muitos dos seus reis converteram-se ao Islã, como já mencionamos, alguns dos seus clãs, os Keitas, se consideram descendentes de Dion Bilali (companheiro do profeta Maomé). Mas é interessante mostrar que Kambu Musa (sobrinho de Sundiata Keita), ou melhor, mansa Musa I foi quem fortificou a presença da cultura árabe entre os manden, isto é, no Império do Mali. Depois da sua peregrinação à Meca (1325), além de ter construído o palácio real (arquitetura árabe) em Tombuctu, mansa Musa I construiu a grande mesquita de Gao e abriu escolas corânicas.

Século XIV é o momento mais alto do Império do Mali, e terminou com a limitação do seu poder central. Da sua fundação ao século XIV, o comércio do Mali foi influenciado pelos árabes. No século XV, o Sudão Ocidental entrou numa nova etapa - declínio do Império do Mali, nascimento do Império do Kaabu. Este deve-se, segundo Madina Ly-Tal (2010), aos ataques dos grupos berberes e tuaregues (dependentes do Império do Mali), crise de sucessão, desmembramento das províncias e, sobretudo, comércio europeu na zona oeste do Império,

---

<sup>10</sup> O irmão do rei é quem deveria suceder ao irmão, rei, não o filho do rei, como acontecem nos outros reinos

litoral Atlântico. Desses acontecimentos nasceu o Império do Kaabu (Gabu), tema que abordaremos em seguida.

#### **4.1.2 O Kaabu: o império de encontros comerciais**

A história do Kaabu ou Gabu, como Império, pode ser compreendida através destas grandes influências: o poder político do Mali e a presença europeia na costa da Guiné. Antes desses momentos - período da dominação malinquê que inicia por volta de 1240, e a independência do Kaabu (a partir do século XVI) - nos territórios que mais tarde vão se formar num império forte, predominavam “tradições fundamentalmente bainuk, mas também de outros agrupamentos, tais como os balanta, byafada e brame. Desenvolvem-se técnicas agrícolas, nomeadamente a rizicultura de água salgada, e pratica-se um animismo sem influências islâmicas” (Lopes, 2005, p. 14).

Como já vimos, os manden espalharam - assim que o Império de Gana foi conquistado por Almorávidas - por diversas regiões, de forma pacífica e por meio de batalhas. E entende-se que os territórios que constituem o Império do Kaabu já contavam com a presença dos manden antes da invasão de Tiramakhan Traoré. Todavia, foram os guerreiros manden que “fundaram, assim, no sul da Gâmbia, o reino de Gabu, dominou, em nome do Mali, toda a Senegâmbia Meridional e uma parte da Senegâmbia Setentrional” (Barry, 2010, p. 314).

Na *A Senegâmbia do século XVI ao XVII: a evolução dos Wolofe, dos Sereres e dos Tuculores*, Boubacar Barry (2010, p. 313) situa-nos geograficamente essa região: “A Senegâmbia que reúne as bacias dos rios Senegal e Gâmbia, é um pouco afastada do arco do Niger, na metade do caminho entre o Saara e floresta. ” Essa região, hoje “(...) compreenderia de facto a totalidade dos Estados atuais do Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, a parte da Mauritânia, do Mali e de Guiné-Conakri” (Barry, 2010, p.4). Região virada para o Atlântico, cruza o caminho entre a Floresta, a Savana e a Sara. Segundo Ly-Tall (2010), a Senegâmbia é entendida como as províncias ocidentais do Mali.

A gênese do Kaabu, como reino, “está igualmente associada à epopeia de Tiramakhan Traoré, que teria sido enviado pelo ‘mansa’ (rei, governante) do Mali para conquistar as terras do oeste” (Lopes, 2005, 12); instauração da civilização manden, que perdurou durante alguns séculos.

A crise de sucessão, conforme dito, afetou todas as províncias e reinos da Federação Mali. Conforme Barry, na segunda metade do século XIV, o Império do Mali entrou na crise de sucessão que

(...) favoreceu a criação da Confederação do Jolof, cujo soberano, Njajaan Njaay, estendeu sua autoridade ao conjunto da Senegâmbia Setentrional, entre os rios Gâmbia e Senegal. A hegemonia da Confederação foi desde cedo abalada, antes de seu total desmembramento, no século XV, em função da invasão liderada por Kolly Tengella, que deixara o Sahel maliano com numerosos Fulbe para se instalar nos altos platôs do Futa Djalon. A partir de 1490, vários companheiros de Koly ou de seu filho dirigiram-se rumo ao norte para fundar, no vale do Senegal, a dinastia denyanke do Futa Toro. No decorrer de seu êxodo, enfraqueceram na sua passagem a autoridade dos principados mande da Gâmbia e, apesar da resistência dos Beafada, abalaram completamente o equilíbrio político da Senegâmbia (Barry, 2010, p. 315).

A dinastia denyanke do Futa Toro, que ameaçava a soberania do governo central do Mali, “(...) coincidiu com a chegada dos primeiros europeus a explorar o litoral africano” (Barry, 2010, p.315). Os europeus chegaram no período em que os reinos do Sudão Ocidental estavam a se encaminhar à transformação política e social. Porém, a chegada dos europeus na zona litorânea da África Ocidental traz consigo a transformação política, econômica e social mais radical na história dos reinos do Sudão. Como se percebe, o comércio europeu levou a Senegâmbia, África em geral, a desempenhar “(...) então o papel de periferia da periferia americana em benefício do centro europeu” (Barry, 2010, p. 10).

A história do Kaabu, como diz Lopes (2005, p. 27), “é fundamentalmente uma história de conflito”. E este, Kaabu, herdou a tradição guerreira do Mali, e este reestabeleceu os princípios do velho Império, Gana. Ainda assim, o Kaabu apresenta alguns aspectos peculiares:

O Kaabu parece ter sido governado sempre por uma classe nobre, os “nyantio”, cujos patrônimos Sané e Mané, bem como a sucessão matrilinear, denotam diferenças importantes em relação à influência islâmica e patrilinear prevalecente no Mali, na altura do estabelecimento do Kaabu. Esta singularidade contribui sobremaneira para identificar no espaço de influência do Kaabu uma dinâmica religiosa e cultural diferente da do Mali (Lopes, 2005, p12).

Antes do século XV, existia a rota de comércio de produtos como ouro, sal, cobre, nozes-de-cola, etc., entre os povos de Saara, Savana e Floresta: comércio transaariano. Durante a dominação do Império do Mali, essa rota ficou sob a orientação do poder central, contando com a forte influência dos comerciantes árabes. Até então, as regiões litorâneas, províncias do Império do Kaabu, não desempenhavam papel fundamental na rede de rotas comerciais, e eram vistas, geograficamente falando, como bicos sem saída.

No entanto, a Senegâmbia manifestava-se condições favoráveis - zona de encontros culturais e geográficos, e sistemas políticos notavelmente diferenciados, e a sua economia complementava o comércio inter-regional: Saara, Savana e Floresta (Barry, 1990). Contudo, foram os europeus que lançaram essa região no centro de atenção do mundo do então. De outra forma, o Senegâmbia conectou os três continentes: África, Europa e América. E foi nos becos sem saída que o grande Império começou a caminhar à ruína, melhor dizer: “Se a difusão das influências mande tivesse permitido a emergência das chefias e proto-reinados na Senegâmbia Meridional, o estabelecimento do comércio atlântico favoreceria, no século XVI, o nascimento de novos Estados sobre as ruínas da hegemonia maliana” (Wondji, 2010, p. 461) E ainda convém destacar que a região ocidental teve contato comercial com os povos extracontinentais antes dos árabes e dos portugueses, B.W.Andah (2010).<sup>11</sup>

A expansão manden na região Atlântica (Senegâmbia) mobilizou a fundação de pequenos reinos: da Gâmbia, de Cassamanse e da “Guiné-Bissau”. Depois da sua independência, Kaabu agregou todas as nações localizadas entre a Gâmbia, Alta Cassamansa e o Alto Geba, assumindo o espaço anteriormente ocupado pelo mansa do Mali nessa área. Subsequentemente, ampliou sua autoridade sobre os povos kassanga, balante, joola (os flup) e biafada. Como Império, o Kaabu, no século XVII, estava organizado em “doze províncias mande confederadas que recobriam encaves fulbe, tal como agrupamentos bainuk, balante e joola, o Kaabu era dirigido por um *mansa* superior (residente em Kansala), que se apoiava na aristocracia de funcionários-soldados e na cavalaria permanente” (Wondji, 2010, p. 465).

O Kaabu Império nasceu num clima de encontros culturais e de comércio intensificado. Antes era comércio inter-regional, forte presença dos árabes, e com o avanço do comércio europeu, com a introdução do tráfico negreiro como *pedra triangular*, “(...) suscitou entre os povos do litoral a formação de grupos mercantes, que desempenharam o papel de intermediários” (Wondji, 2010, p. 468).

O maden ocidental, Kaabu, configurado no comércio e tráfico negreiro, rapidamente entrou no seu declínio. Como espaço de encontro, diferentes grupos, como sempre se verifica nos reinos manden, começaram a intensificar a disputa econômica, política e cultural: entre Estados europeus, entre diferentes Estados africanos, entre europeus e árabes, no mais, entre

---

<sup>11</sup> “Os objetos descobertos em túmulos do Fezzan indicam que, entre os séculos I e IV da Era Cristã, mercadorias romanas eram importadas para a região. (Andah, 2010, p. 689).

europeus e africanos. O tráfico negreiro, como aponta Barry (2010, p. 320), “engendrou assim a violência nas relações entre Estados, militarização do poder e, também, o progresso do Islã militante”. Essa situação levou, como forma de resistir, vários grupos a procurarem as aldeias mais distantes da rota da comercialização dos “escravos”.

A questão religiosa efetua-se desde muito tempo, como pode perceber: “O espaço religioso kaabunquê caracteriza-se pela longa coexistência<sup>12</sup> de duas religiões: o animismo e o Islã. Estas duas formas de crença coexistiram pacificamente no Kaabu, mas estiveram também na origem da sua destruição” (Lopes, 2010, 27). A religiosidade sempre acompanhou as políticas expansionistas nos territórios do Sudão Ocidental. Os expansionistas sempre sentiam nas crenças dos concorrentes uma ameaça no domínio econômico, cultural e político. O domínio religioso, entre os concorrentes, garantia o domínio político e, sobretudo, econômico.

Como já entendemos, a presença europeia mudou radicalmente a estrutura social, política e relações comerciais, na África Ocidental. Agora vale saber as questões primordiais da expansão europeia, em especial, portuguesa. Nas outras palavras, o que motivou os portugueses a ocupar zonas além-mar? Foi uma iniciativa individual? Simples aventura? Por que foi Portugal a dar essa iniciativa e não outros Estados? No mais, vale saber por que o cristianismo serviu do elemento fundamental da política expansionista europeia. No ponto a seguir, tentaremos seguir estas perguntas. Responder estas questões permitirá, obviamente, compreender a base da estrutura da missão cristã europeia dessa época. A nosso ver, atuação jesuíta na costa da Guiné deve ser entendida a partir desses deslocamentos.

## **4.2 O “Descobrimento”: Expandir Além-Mar**

Quando se fala da expansão portuguesa, iniciada no século XV, parte-se de conhecimento de que não se deve a simples iniciativa individual e/ou simples aventura. É de afirmar que houve um período de preparação coletiva, plano de conhecimento da maioria, investimento nos recursos militares e envolvimento de toda a classe, sobretudo, a mais nobre. Sendo assim, o fato que se deve questionar é: o que motivou um reino medieval, enraizado na prática camponesa, a navegar ou ocupar as terras “desconhecidas” no além-mar? De acordo

---

<sup>12</sup> E essa coexistência, no que se pode notar, ainda se observa que os árabes, assim como os europeus, que posteriormente instalaram, sentiam-se irritados com as religiões dos povos encontrados nessa zona (Lopes, 2010).

com as nossas referências bibliográficas, não se pode resumir a saída dos portugueses destino ao norte da África, assim como às Américas, a um só fator. É um erro pensar ou afirmar que os europeus invadiram territórios extra ocidente por simples questões econômicas. Assim, interessa nos apontar aqui as principais razões políticos-religioso da expansão portuguesa, aliás europeia. O nosso foco neste ponto consiste em apresentar o conflito político-religioso reinante no ocidente, especificamente na Península Ibérica entre os séculos XIII ao XV.

E se a tomada da cidade marroquina, Ceuta, em 1415, indica, como Luís (2023) e Ferreira (2022) afirmam, o início da expansão portuguesa, interessa-nos então falar exatamente desse acontecimento. Acreditamos que o entendimento de motivos da ocupação da região litorânea da África Ocidental por parte dos europeus, remete, assim deduz, à compreensão dos fatores primordiais da expansão ocupação.

#### **4.2.1 Ceuta, Salvaguarda da Independência de Portugal.**

A formação da identidade lusa e a busca pela independência no contexto ibérico, são elementos relevantes quando se trata da expansão portuguesa. Conforme o militar piloto-aviador português, João José Brandão Ferreira (2022), o Tratado Alcanizes (1297)<sup>13</sup>, somado as ações de D. Dinis (1261-1325): organização política; escrita de documentos em língua portuguesa e não mais em latim; criação de Estados Gerais, da primeira universidade e da Ordem de Cristo (1319), entre outras ações, acabam por formar a consciência nacional (os lusos).

Diante desse fato, os lusos, inconformados com a situação política vigente na Península Ibérica, procuraram saídas mais viáveis. Como se pode notar, quatro anos antes da ocupação de Ceuta, em 1411, foi assinado o Tratado de Paz de Ayllon entre o reino de Portugal e do Castela, ainda assim notava-se o clima de desconfiança e os estigmas prevaleciam, e estes, conforme sonhavam os lusos (portugueses), devem ser superados (Luís, 2023). Tornar-se independente e preservar a nação (um Estado soberano livre das opressões do Castela) não derivava da falta de vontade política ou da unidade nacional. Mas era, um dos aspectos fundamentais do mundo medieval, “indispensável crescer em tamanho”, Luís (2023,

---

<sup>13</sup> Definiu a fronteira continental (Portugal e Castelo), Ferreira (2022).

p. 13). Lembrado da sua situação geográfica: entre o território do seu “inimigo interno” (Castela) e o mar, esse desafio custava muito.

A ideia de ocupar o norte da África, início da expansão portuguesa, como a forma de garantir a sua soberania, impulsionou e despertou profundamente a unidade nacional e, ao mesmo tempo, separou o país <sup>14</sup>. E é de ressaltar que nesse período, início do século XV, Portugal, e como todo o ocidente, não superava os efeitos da crise de 1383-1385, a considerada *Longa Depressão* europeia. Nesse sentido, era necessário trabalhar a coesão nacional e, num certo sentido, regional (Luís, 2023).

No ponto de vista sociopolítico, a *Empresa Além-Mar*, melhor dizer, ocupar militarmente e empreender nos territórios além-mar, conforme Luís (2023), não deixaria de reforçar a segurança do país, engrandecer a posição interna nacional, paz social, e entre outras vantagens. Submeter o Norte da África permitiria o equilíbrio político, econômico e social na Península Ibérica.

Conforme citado, a necessidade de ir além da Península Ibérica não se deduz numa só razão. Isto é, “as razões que levaram os portugueses a Ceuta são complexas. Mas nada aconteceu por acaso. Antes a ideia foi pensada e amadurecida, correspondendo a um objectivo nacional. Teve um local, uma data e os meios apropriados” (Ferreira, 2022, p. 8). Dentre essas múltiplas e complexas razões, interessa saber como o fenômeno religioso ou como o pensamento cristão foi enquadrado na luta pela soberania, busca pela independência e preservação nacional no contexto ibérico.

De acordo com Luís (2023), o que chamamos hoje de nação portuguesa surgiu exatamente no segundo momento da expansão político-religiosa, a chamada *Reconquista*: conflito entre cristãos e mouros. Segundo José Rivair Macedo (2004, p. 132): “Em Portugal, na Espanha e na América luso-espanhola, não se diz ‘cristãos e muçulmanos’ nem ‘cristãos ou islâmicos’, mas ‘cristãos e mouros’, ou ‘cristãos e turcos’”.

Segundo Macedo (2004, p. 132), a expansão político-religiosa teve o seu início no século VII (Era cristã), no qual “califas muçulmanos da dinastia omíada levou o credo

---

<sup>14</sup> (...) quando expõe os programas políticos de dois influentes partidos: o dos “pacifistas”, ou partido agro-mercantil, e o dos “belicistas”, ou partido da guerra, que buscavam orientar o exercício do poder. Os dois campos mostravam estar separados nas terapias que defendiam para Portugal. (Luís, 2023, p. 17).

corânico dos confins do deserto da Arábia até os limites meridionais do continente europeu”. Após terem conquistado Síria e Mesopotâmia, conquistaram o Norte da África (Alexandria, Trípoli, tribos de atuais Tunísia e Marrocos). E, na colocação de Macedo, estes, norte-africanos islâmicos, foram os principais responsáveis pela conquista da “porção ocidental”. A vitória de Tariq ibn Ziyad, em 711, “acelerou o processo de conquista dos principais centros de defesa da península Ibérica” (Macedo, 2002, p. 132). A parte significativa de Portugal e de atual Espanha ficou, por séculos, sob domínio da unidade política do Império Islâmico. Isso mostra que os portugueses já tiveram contato com os árabes e africanos (norte-africanos) antes do século XV.

Nesse Império (Estado Cordovês), na Península Ibérica: “O grosso da população era constituído por hispanos convertidos ao islamismo, chamados muladíes. Havia também cristãos e judeus professando suas crenças mediante o pagamento de um imposto especial: a *djizya*” (Macedo, 2004, p.133). Nos princípios do século XI, o Estado Cordovês perdeu o seu poder, devido as divergências internas, lutas de sucessão dinástica, que acabaram por provocar o surgimento de reinos independentes. Segundo Macedo (2004), em 1086, aconteceu a primeira grande luta entre muçulmanos e cristãos - Reconquista. Após séries de batalhas, os reinos muçulmanos na Península Ibérica acabaram por ser dominados por reinos cristãos. E os reis de Aragão e de Castela seguraram-lhes o direito de preservar seus hábitos, tradições, idioma e fé nas cidades recuperadas (Macedo, 2004). Nos documentos oficiais da chancelaria, designaram-lhes de “moro, moiro, maurum ou mouro” (Macedo, 2004, p. 135). Mas percebe-se que essa designação não se limita apenas aos que permaneciam sob domínios dos reinos cristãos na península, e sim, aos muçulmanos espalhados por diferentes territórios do mundo de então, os do norte da África, por exemplo.

Conjunto desse fenômeno político-religioso – de caráter internacional - colocou Portugal entre dois extremos (político-religioso): contra os mouros e contra os castelos; o fato levou à formação da consciência nacional, no caso, sua identidade, e estar em frente no processo de expansão europeia (Luís, 2023).

Se todos os reinos cristãos do ocidente medieval estavam firmes em eliminar os reinos dos mouros, a tomada do norte da África e/ou de qualquer território ocupado pelos mouros, não deixaria de ser um fenômeno de grande relevância. De acordo com Luís, Portugal, antes de ocupar a cidade marroquina, configurava-se no lugar de ator secundário na *Republica*

*Christiana*. A Santa Sé, assim como outros reinos cristãos, não deixaria de celebrar uma vitória dessa: eliminação do inimigo comum. Cabe mostrar que, na altura, lutar contra os mouros (entre os reinos europeus) era dever de um cristão: serviço a Deus. E esse fato também era uma realidade no outro lado do muro, entre os mouros, servindo a Alá.

Na consideração de Luís: “(...) subsistia, sem surpresa, entre os portugueses uma sensação de debilidade nacional, levando-os, por conseguinte, a buscar na ideia do milagre constante e da correspondente vontade divina uma explicação para o nascimento e a preservação do reino de Portugal” (Luís, 2023, p. 225). O que se pode perceber com o Milagre de Ourique<sup>15</sup>: “é de crer que este «milagre» tenha sido forjado sob o impacto da guerra com Castela e que tenha inicialmente um sentido anticastelhano. Ele significava que Portugal era um reino de fundação divina e que a sua independência se fundava num direito superior ao direito humano” (Saraiva apud Luís, 2023, p. 225).

O Milagre de Ourique, para Luís (2023), formou, entre os portugueses, a primeira e obrigatória referência do messianismo português nas terras além-mar. De outra maneira, Portugal sentia que “havia que perseguir o mouro, onde quer que se encontrasse, fosse em Marrocos, na ‘Guiné’, na Terra Santa ou no longínquo Oriente” (Luís, 2023, p. 239). Ferreira (2022) ainda lembra nos que, além de consultar teólogos, muitas Bulas Papais foram expedidas para legitimar a ação portuguesa: invadir e dominar. As Bulas Papais, nesses momentos, “constituíam leis de Direitos Internacionais” (Ferreira, 2022, p. 14).

No *Ceuta para além da terra dos Mouros: A fabricação histórica de um morco do império português (século XV e início de XVI)*, Katia Brasilino Michelan (2013) apresenta para nós outros elementos, não menos importantes, que impulsionaram os portugueses a ocupar África. No desejo de combater o inimigo comum, como referido, era preciso encontrar um auxiliador, que pode possibilitar a realização de comércio sem barreiras e o desejo de conhecer coisas novas<sup>16</sup> de outros territórios, levou, conforme Michelan, D.

---

<sup>15</sup> Refere-se à aparição de Jesus Cristo a D. Afonso Henrique antes da batalha de Ourique, onde as tropas portuguesas venceram cinco reis sarracenas, reinos muçulmanos, Luís (2023). Ourique, região no Alentejo (hoje distrito de Beja). Um dos acontecimentos fundamentais para a independência e para a formação da identidade portuguesa, Michelan (2013).

<sup>16</sup> Ecoava entre os europeus o espírito científico nas áreas como astronomia, geografia, etc., Milchelán (2013).

Henrique a organizar a navegação no Atlântico. Segundo Zurara<sup>17</sup>, citado por Michelan (2013), a busca pelo reino de Preste João<sup>18</sup> conduziu as ações da caravana de D. Henrique rumo à costa da África. Nesse período, circulava no ocidente a notícia da existência de um reino poderoso nas terras desconhecidas, onde o rei, Preste João, é cristão. O reino Preste João, segundo Michelan, localiza-se, no entendimento dos europeus, nas índias, e a África, na altura, era considerada da terceira Índia.

Os fatores que levaram os portugueses a ocupar territórios africanos não são isolados. Assim mostra economista guineense, Vasco Cabral (1988), o interesse econômico, comercial, política, científico, religioso deram início ao chamado descobrimento (Cabral, 1988). Esta combinação de fé cristã, poder político-militar e econômico estabeleceu o cenário ideológico onde as missões cristãs, incluindo os jesuítas, se estabelecerão, posteriormente, como alicerce de suas atividades na África Ocidental.

#### **4.3 Missão Jesuíta**

Desde cedo, o cristianismo acostumou-se a lidar com as críticas externas e com as contradições internas<sup>19</sup>. A Missão Jesuíta, o nosso “objeto” de estudo, emergiu exatamente nas discordâncias internas. Seria uma lista longa se quisermos trazer todas as conhecidas oposições teológicas e divergências no seio da cristandade. Todavia, seria interessante destacarmos duas grandes controvérsias.

Uma levou, assim pode entender, os mais carentes de poder e de riqueza, inimigos da humanidade, ateus, bárbaros, rebeldes<sup>20</sup> - cristãos dos primeiros séculos - a gozarem de

---

<sup>17</sup> Nome completa: Gomes Eanes de Azurara. Autor da Crônica dos Feitos da Guiné ou Crônica do Descobrimento da Guiné e Crônica da Tomada de Ceuta. Cronista da Corte Portuguesa, historiador oficial de D. Henrique (o navegador).

<sup>18</sup> “Nas primeiras décadas do século XII, em razões dos contatos estabelecidas pelas cruzadas, teriam chegado notícias no ocidente da existência de um soberano cristão que reinava no país dos negros e que era identificado com o imperador da Etiópia”, Michelan (2013, 39-40).

<sup>19</sup> O desafio do cristianismo iniciou-se no seio dos judeus. Os judeus -diante de uma situação política e ideológica desagradáveis: sob domínio político romano, e mediante desafio ideológico helenista, foram os primeiros a tentarem eliminar os seguidores do novo mestre, Jesus, González (1995).

<sup>20</sup> Eram considerados inimigos da humanidade porque não participavam em várias atividades da época; ateus porque adoravam um ser invisível; bárbaros, porque eram vistos como estranhos, melhor, não eram considerados

grandes prestígios sociais. Estamos a referir a controvérsia doutrinária entre Ário e Alexandre<sup>21</sup>.

Em 325, na cidade de Niceia, Ásia Menor, reuniram-se bispos de diferentes lugares: “(...) da Europa, Líbia (isto é, África) e Ásia”. A reunião foi convocada por Constantino e “(...) cobria todos os seus gastos (Era dos gigantes, vol. 2, González, 1995, p. 93)<sup>22</sup>.

Antes de Constantino ter entrado na história da cristandade, quando houver controvérsias entre os cristãos numa determinada questão doutrinária, sairá o vencedor quem tinha mais força argumentativa. Entretanto, a entrada do poder imperial no meio dos cristãos levou os contendentes a não esforçar mais para convencer o adversário com argumentos, mas sim tentavam convencer os imperadores (González, 1995).

A outra, uma das mais conhecidas entre as controversas cristãs, é bem conhecida dentro, assim como fora, da comunidade cristã. De acordo com Fernandes Cardoso Bertoldo (2017), a Missão Jesuíta (Companhia de Jesus) emergiu na tentativa de acabar com a ideia reformadora (CONTRARREFORMA) levantada por Martinho Lutero. Lutero foi quem colocou 95 teses, em 1517, na porta da igreja do castelo de Wittenberg, Alemanha, denunciando algumas práticas, assim considera ele, violentas da Igreja Católica. Segundo ele, Lutero, muitas práticas introduzidas na fé cristã não são bíblicas, principalmente a indulgência.

Embora a Igreja tenha vivido tensões doutrinárias desde os primeiros séculos, como no caso de Ário e Alexandre, foi a crise do século XVI, com a Reforma Protestante, que deu origem à Missão Jesuíta, em 1536 - um século depois da invasão da África - liderado por Inácio de Loyola. Segundo Bertoldo (2017), o objetivo dos jesuítas era levar o catolicismo para os territórios invadidos pelos europeus. Para isso, Loyola percebia que era necessário

---

de “cidadãos” do império, e por negarem prestar adoração aos imperadores foram chamados de rebeldes, assim mostra, González (1995).

<sup>21</sup> Bispo de Alexandria, Egito, um dos centros culturais, científicos e comerciais do mundo antigo, civilização grega.

<sup>22</sup> E, desde que o imperador desejasse que a Igreja tornasse o cimento do império, então, além de solucionar a controvérsia, um dos objetivos da reunião (Concílio de Nicéia), era “pôr em ordem a vida da igreja”, isto é, fim das controvérsias, uma “religião organizada” González (1995).

criar escolas para catequizar os nativos. Conforme Vanicleia Silva Santos: "(...) com a missão de ganhar novas almas para o rebanho da Igreja Romana devido às perdas nos conflitos religiosos protestantes da Reforma, os inacianos lançaram na ação da evangelizadora por todas as partes do império português" (Santos, 2011, p.190).

Por esse motivo, em julho de 1604, Baltazar Barreira e mais quatro (4) pessoas desembarcaram em Santiago (Cabo Verde) para realizar missão na costa da Guiné. Barreira atuou em diferentes territórios africanos (atual Cabo Verde, Serra Leoa, Guiné-Bissau, etc.).

Segundo Santos (2011), a Nossa Senhora de Natividade, em Cacheu, foi a primeira igreja católica da costa da África Ocidental continental. Também foi nessa região que Manuel Lopes Cardoso, com o régulo local, construiu, em 1588, a primeira feitoria colonial. Da instalação da primeira feitoria até 1879, o território da atual Guiné-Bissau não tinha a sua autonomia administrativa portuguesa, quer dizer, era província do Cabo Verde (Mendes, 2017).

Alguns estudiosos afirmam que a construção de igrejas e de feitorias serviam de demonstração de ocupação desse território por parte da coroa portuguesa. Vale mostrar que as coroas europeias (Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Holanda, etc.) estavam disputando as “novas terras”, consideradas como terras de ninguém.

#### **4.3.1 Padroado de Portugal: Paróquia de Cacheu**

A paróquia de Cacheu era uma das paróquias da diocese de Santiago (cidade Ribeira Grande - Cabo Verde). Segundo Carlene Recheado (2010), a diocese de Santiago foi criada pelo papa Clemente VII, através do pedido, em 1533, do monarca português D. João III. Antes da criação da diocese, em 1455, o papa Nicolau V, por meio da Bula Romanus Pontifex, “concedeu ao rei de Portugal o direito de enviar missionários e de fundar igrejas, mosteiros e outros lugares pios, nos territórios ultramarinos” (Recheado, 2010, p. 8). Um ano depois, em 1456, através da Bula Inter Coetera, o papa Calisto III “confirmou as concessões do diploma anterior e concedeu a jurisdição espiritual à Ordem de Cristo, de que o infante do Henrique era grão-mestre”. (Recheado, 2010, p. 8).

Praticamente, toda a assistência religiosa estava entregue nas mãos da família real. Eram os reis que enviavam os missionários. E de perceber que não era por coincidência

que a ilha de Santiago, cidade de Ribeira (Cabo Verde), foi escolhida; assim mostra Recheado, 2010:

Santiago de Cabo Verde havia conhecido um ciclo de desenvolvimento, dada a sua relação com o exterior, principalmente com os Rios da Guiné<sup>23</sup>. A exploração dos Rios da Guiné foi um factor determinante para o povoamento das ilhas de Cabo Verde. (...) interesse suscitado pelo arquipélago resultou do papel que poderia oferecer nas actividades de resgate na costa africana. Entre as estratégicas ilhas de Cabo Verde e a rica costa africana desenvolveu-se, pois, uma relação de complementaridade de funções em prol dos interesses comerciais da coroa portuguesa (Recheado, 2010, p.7).

Nessa relação de aproximação geográfica de Cabo Verde e a rica costa africana, Guiné, surgiu a ideia da instauração de um governo que poderia dar a cobertura das duas regiões; foi dali que, nos finais do século XVI, surgiu a ideia da articulação Guiné-Cabo Verde. Segundo Recheado (2010, p.7), a junção de Guiné-Cabo Verde “traduziu-se na formação do governo geral de Cabo Verde, onde se enquadrou a administração do distrito dos Rios da Guiné”. Esse governo serviu de base e de modelo para a criação da diocese de Cabo Verde.

Entretanto, a vastidão e a heterogeneidade (cultural, climática, política etc.) do território do bispado, diocese de Cabo Verde, originou a crise na missão: falta de missionários, conflitos entre missionários com sociedades locais. Diante desse problema nasceu o projeto da criação de um seminário voltado à formação de clérigos africanos. Um dos defensores dessa ideia era o chantre (mestre de coro) de Évora, Manuel Severim de Faria. Para ele, na palavra de Recheado (2010, p. 11): “(...) a criação do seminário era a única forma de fazer face a crise da missionação da Guiné”. Além de resolver o problema de falta de religiosos, o chantre acreditava que “estes pregadores africanos seriam mais bem acolhidos pelas populações e não precisariam de intérpretes no trabalho quotidiano”. E muito se discutia sobre a localização do seminário.

Sobre a localização do seminário projetado, havia duas alternativas: em Portugal ou na própria diocese. Baseado nas predisposições do Concílio de Trento (1545-1563), qualquer seminário deve ser construído onde se localiza a diocese. Porém, muitos discordavam dessa

---

<sup>23</sup> As expressões: Etiópias, Guiné ou Negrolândia “eram usadas na cartografia da época para identificar regiões desconhecidas ou nunca exploradas”. No mapa de 1729, de autoria francesa, a Guiné “começava no rio Serra Leoa e terminava no rio Camarões”; no outro mapa de 1930, de Delisle, Guiné “servia para identificar todo o trecho da costa africana entre os rios Senegal e Gabão” Gomes (2019, p. 137).

ideia, justificando de que o continente europeu é melhor lugar para uma boa instrução dos seminaristas. O que se percebe, para defensores dessa última ideia, no fundo: “Instruir um gentio, e habilitá-lo a receber as ordens sacras significa igualá-lo aos restantes religiosos europeus” (Recheado, 2010, p. 12). O andamento do projeto não se avançou logo nos primeiros momentos<sup>24</sup>.

A costa africana, região extra-insular, tempos depois, virou a região a qual os portugueses interessavam-se mais, como se percebe:

(...) a história das ilhas de Cabo Verde é marcada por uma crescente desaceleração da economia, pois a sua importância como entreposto comercial foi diminuindo, o que culminou, em 1647, na perda a favor de Cacheu da sua função de centro de controle de todo o tráfico português nos Rios da Guiné. Esta medida resulta da necessidade de Portugal assegurar a continuidade dos seus interesses na costa africana, fazendo face às investidas francesas, inglesas e holandesas, ao longo da segunda metade do século XVII o tráfico foi administrado a partir de Cacheu (Recheado, 2010, p.15).

Vale destacar que os povos dos territórios da atual Guiné-Bissau, diferente do arquipélago de Cabo Verde que não tinha habitantes antes dos portugueses terem ocupado, desde o início reagiram<sup>25</sup> contra a presença e controle português, é exatamente nessas situações que o enviado de Infante D. Henrique, o conhecido navegador Nuno Tristão, perdeu a sua vida (Teixeira, 2015).

Essa região, que outrora recebia apenas visitas de missionários, passou a ter igrejas. Em Cacheu foi construída a primeira igreja. Diferentes grupos religiosos atuaram no ultramar: capuchinhos franceses e espanhóis, capuchos, carmelitas, franciscanos (estes são os primeiros a evangelizar, em 1466, em Cabo Verde), mas os jesuítas foram os primeiros a marcarem a permanência missionária na costa da Guiné, paróquia de Cacheu, em 1604; missão dirigida por padre Baltazar Barreira, e teve o seu fim quinze (15) anos depois. Em

---

<sup>24</sup> Tempos depois, Dom Filipe III, em 1605, retomou a ideia da criação de seminário em Lisboa, com a intenção de entregar a administração à Companhia de Jesus, embora as negociações entre a Companhia e a Coroa luso-espanhola (união dinástica entre Portugal e Espanha) não tinham surgiram efeitos, (Recheado, 2010)

<sup>25</sup> Nas literaturas colônias, isso era tido como a falta da colonização e da evangelização dos indígenas da costa da Guiné, (Teixeira, 2015).

1622, três anos depois da saída de jesuítas na Costa da Guiné, foi criada a Congregação para a Propaganda Fide<sup>26</sup> (Recheado, 2010).

O conflito político entre as coroas europeias, em cima de tudo, entre Espanha e Portugal, não deixava de ganhar o espaço no campo religioso. Por isso, a evangelização ou a conversão dos nativos tinha um significado relevante na esfera política e económica. Nas palavras de Recheado: “A conversão dos reis africanos era vista como um meio de selar alianças com Portugal” (Recheado, 2010, p. 22-23). Assim, isso representava duplo significado: se para os colonizadores simbolizava aliança selada, para os reis locais, dava maior confiança no sentido de conseguirem o apoio material para combater inimigos locais.

#### **4.3.2. Igreja, missão e escravidão atlântica: “Nem na Ilha nem cá podemos viver sem escravos”<sup>27</sup>**

Nos primeiros momentos, baseado na colocação de Júnior, os portugueses não tinham ideia, de escravizar os nativos fazer comércio e evangelizar -por parte de missionários- era o que mais interessava. E depois de começarem a fazer troca de produtos com os nativos, percebendo o quão poderiam ganhar com esses povos, introduziram o dinheiro como elemento intermediário nas suas trocas, que mais tarde acaba provocando as perdas de terras dos nativos, por não terem dinheiro. Na consideração do Júnior, foi a partir daí que começou a venda dos “escravos (Júnior, 2016).

Não parece desnecessário colocar aqui a afirmação de Albert Memmi (2007). Na sua obra *Retrato do Colonizador Precedido de Retrato do Colonizador*, Memmi mostra que o objetivo dos colonizadores nas colônias, desde o início, assentou-se em fazer lucro. A missão moral por parte do colono, para Memmi, é uma discussão ultrapassada. Nas palavras de Memmi, “(...) é frequente ouvi-lo sonhar em voz alta: ‘mais alguns anos e comprará uma casa na metrópole’...uma espécie de purgatório, em suma, um purgatório remunerado” (Memmi, 2007, p. 39). E o comércio dos “escravos” servia de maior fonte de lucro.

---

<sup>26</sup> Um dos objetivos da sua criação consiste em evitar conflitos entre missionários e padres portugueses e espanhóis nos territórios invadidos, e não só, foi criado pensando no envio dos missionários por conta própria da Santa Sé. (Recheado, 2010).

<sup>27</sup> Palavras de Baltazar Barreira, padre jesuíta, numa das suas cartas (Santos, 2012).

Segundo Laurentino Gomes (2019), a venda dos “escravos” africanos teve o seu início depois das duas incursões consecutivas, em 1456, no reinado de Afonso V, de Diogo Gomes. O motivo das viagens de Diogo Gomes deve-se à fragilidade das duas primeiras estratégias: caça e captura. A decisão da mudança das estratégias acontece dois (2) anos após uma ocorrida *tragédia*.<sup>28</sup> Diogo Gomes, segundo Gomes (2019), foi quem estabeleceu relações com chefes mais poderosos na costa da Guiné. Isto é, a escravidão atlântica, consagrou-se a partir desses momentos. Conforme, Boahen (2010), citado por Justen Costa (2022), o medo de inimigos locais, por parte de chefes locais, era um dos principais motivos dessa aliança.

Obviamente, a escravidão é um dos fenômenos a que se dirige mais a crítica sobre o processo da ocupação/colonização europeia. E se os missionários estavam nas regiões onde aconteciam vendas de pessoas, interessa saber como, em especial os jesuítas, se posicionavam diante disso.

Nota-se que o envolvimento da Igreja Católica Romana na comercialização dos “escravos” africanos não foi uma prática posterior, mas, sim, desde os primeiros momentos dessa prática. Segundo Gomes (2019), assim que 235 africanos (homens, mulheres e crianças), capturados e trazidos da África, pisaram os seus pés na região de Algarve, sul de Portugal, em 1444, quatro deles foram dados para a igreja, e um deles “acabaria vendido naquela mesma manhã, porque o padre precisava comprar ‘ornamento’ novo para o altar”<sup>29</sup> Gomes (2019, p. 51).

Barreira, no início da sua missão, estava muito indignado com a prática de comercialização dos “escravos”, mas, tempos depois, através da sua carta citada por Santos, mostrou que era impossível ficar fora dessa prática:

A experiência me tem mostrado que **nem na Ilha nem cá podemos viver sem escravos**. E assim sou forçado comprar alguns, mas sou de parecer, se V.R. o

---

<sup>28</sup> Em 1446, “uma expedição comandada pelo Nuno Tristão terminou em desastre depois que seus 21 tribulantes e cinco meninos aprendizes se ariscaram a subir um rio em busca de “escravos” Gomes (2019, p. 60). É exatamente nesse episódio que Nuno Tristão morreu, como mostra Teixeira (2015).

<sup>29</sup> Nesse evento (primeiro leilão), Gomes Eanes de Azurara ou Zurara, cronista real, filho de padre, conforme Gomes (2019, p.53), comovia diante de reações dos “cativeiros” perante uma separação definitiva entre mães/pais e filhos. Entretanto, o filho de padre, Azurara, encontrou motivo de se consolar; assim acreditava ele: “era uma oportunidade de salvar-lhes as almas, retirando-o da escuridão da barbárie e do paganismo em que até então se encontravam para introduzi-los na luz da religião cristã e da civilização portuguesa”

houver assim por bem, que aos que comprarmos limitemos alguns anos em que nos sirvam e lhe declaremos, que se naqueles anos nos servirem bem, ou fazendo o que não devem, os venderemos. (Barreira apud Santos, 2012, p. 195, grifo nosso).

Afirmção que coloca a impossibilidade de estar fora do sistema imperialista. Ainda podemos perceber o esforço de cooperação entre os dois lados séculos depois através desse discurso:

Povo descobridor, povo colonizador, povo missionário – tudo é revelação do mesmo ser colectivo, demonstração ou desdobramento da mesma política nacional. Quer dizer: não pode pôr-se entre nós o problema de qualquer incompatibilidade entre a política da Nação e a liberdade evangelizadora; pelo contrário uma fez sempre parte essencial da outra. (Salazar apud Estevão, 2000, p.227).

O discurso de Salazar (figura, do século XX, de grande destaque e promotor de Estado Novo) na Assembleia Nacional, em Portugal, mostra claramente a continuidade no esforço da combinação dos dois polos. A palavra do Salazar nos indica que os portugueses, como um povo, não devem colocar nada em cima do interesse da Nação Portuguesa. De outra maneira, os missionários devem alinhar-se com as propostas imperialistas, ou, até porque, a partir desse discurso, tratam da mesma coisa: Serviço a Deus - Serviço ao Estado.

Outro aspecto a destacar, como mostra Santos, os missionários, inclusive os jesuítas, eram obrigados a apresentar relatórios regularmente ao rei e ao superior da Ordem em Lisboa. O propósito era manter a Corte atualizada sobre o progresso das missões. A intenção da Corte naquela altura era ter maior controle dos territórios dos nativos, facilitando a instauração do sistema colonial (Santos, 2012).

Sem dúvida, nem todos entendiam ou concordavam com essa combinação ou complementação, partes da mesma moeda: Igreja-Estado. Por isso que a Dona Linda teve que explicar melhor esse assunto ao seu marido Zé – personagens do romance *A última Tragédia* do escritor guineense, Abdulai Sila (2011, p. 53):

*-Essa missão o que te referes é trabalho dos padres, dos missionários. Eu sou funcionário público, não sou missionário.*

*-Claro que és.*

*-Ai é? Desde quando?*

*-Desde sempre. O nosso trabalho fundamental, a razão da nossa presença nestas terras selvagens, é trazer a civilização, a mensagem de Deus, não sabias? O restante é secundário.*

*-Eu presto contas ao Estado!*

*-E a Deus?*

*-Vou a missa todos os domingos.*

*-Mas não chega.*

*-Faz o resto.*

E outro aspecto relevante a saber é: o que justificava a participação de muitos missionários ou da Igreja na comercialização de “escravos”? Além do espírito nacionalista da época (como acabamos de perceber) e justificativas filosóficas, percebe-se que havia também justificativa teológica que aliviava, podemos assim dizer, muitos nessa prática. A “maldição de Cam” (Gênesis 9) foi interpretada como condenação divina dos povos africanos, reforçando a ideologia racial que sustentou a escravidão atlântica (Gomes, 2019). A escravidão foi associada a cor da pele. A cor branca, na tradição judaico-cristã, “sempre associada à inocência, à pureza e à santidade, enquanto a cor escura era sinônimo de pecado, perversão e morte” (Gomes, 2019, p.76).

Ao contrario dessa justificativa, o que se encontra num dos livros do livro sagrado dos cristãos: “Todos pecaram (...)”. Todos sem exceção –Romanos 3.23. No outro livro, autor mostra claro que o mestre dos cristãos “veio ao mundo para salvar os pecadores, dos quais eu sou o pior” (1Timóteo 1:15).

Certamente, a partir de que acabamos de abordar, não se pode falar da ocupação e colonização europeia sem falar do cristianismo. O que não se falta hoje nas discussões acadêmicas - sobretudo nas universidades de viés decolonial -: a necessidade da ruptura com a visão, em todas as vertentes, do mundo Ocidental, o mundo que nega ou duvida da humanidade do *Outro*. Para isso, é convém demarcar os agentes e os elementos no qual se inscreva essa visão. Nessa demarcação, é entendida que:

(...) as missões cristãs na África eram o órgão que cuidava da política de mobilização da distribuição dos costumes dos autóctones, e nessa perspectiva podemos dizer que **a Bíblia é uma metáfora do mundo Ocidental, e é**

**justamente escrito ou inventado no sentido de inferiorizar e dar um carácter pejorativo à cultura africana**, ou para toda comunidade que não fazia parte do Ocidente (Júnior, 2016, p.32, grifo nosso).

Com base nessa afirmação, torna-se pertinente questionar a relação entre a história do cristianismo antigo, expansão europeia e o debate contemporâneo sobre a identidade africana. É importante lembrar que os africanos já estavam inseridos na cristandade dos primeiros séculos, como mostra os registros históricos do Concílio de Niceia. Será que isso não demonstra que afirmar que o cristianismo foi pensado exclusivamente para inferiorizar as culturas africanas ignora a contribuição significativa dos africanos na história da cristandade e da humanidade?

## 5. METODOLOGIA

A nossa pesquisa adotará o método de estudo qualitativo, de carácter exploratório, a partir da revisão bibliográfica, análise documental e estudo de campo. Lembrando que o método qualitativo, conforme Zanella (2013), interessa-se em “entender a realidade sob o ponto de vista dos sujeitos envolvidos no estudo (Zanella, 2013).

A nossa revisão bibliográfica concentrar-se-á na apresentação das conclusões dos autores que permitam alcançar os nossos objetivos de estudo. Como se percebe, a revisão da bibliografia “permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes” (Lakatos e Marconi, 1992, 110-111).

Para tal, revisamos (na construção teórica deste projeto) e iremos revisar artigos, monografias, projetos de pesquisa, capítulos de livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado e livros tanto de autores europeus, latino-americanos quanto de autores africanos que trabalham aspectos relacionados ao nosso tema. E o nosso procedimento de interpretação bibliográfica seguirá o procedimento das abordagens históricas e sociológicas.

Essas seleções e procedimentos são relevantes no sentido de que permitirão estabelecer diálogo entre historiadores e sociólogos (carácter interdisciplinar) de diferentes contextos socioculturais e propostas teórico-metodológicas diferenciadas na construção das abordagens a respeito de conjunto de fenômenos fundamentais no nosso campo de estudo.

Todos os textos selecionados passarão por análise temática e análise das relações. Análise temática, conforme Lakatos e Marconi (1992, p. 26), refere-se à “compreensão e apreensão do texto, ou seja, ideias, problemas, processos de raciocínios, comparações e esquema do pensamento do autor”. E já a análise das relações “tem como objetivos encontrar as principais relações e em estabelecer conexões com os diferentes elementos constitutivos do texto” (Lakatos e Marconi, 1992, p.26).

Os textos utilizados (neste trabalho) e que serão revisados, durante a nossa pesquisa, alguns encontram-se disponíveis no Google/Google Acadêmico, nos sites de revistas científicas como *MÉTIS: história & cultura*, *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, *Lusitania Sacra* e *Afro-Ásia*, uns são textos (artigos e capítulos de livros) de usos nas disciplinas do curso da Sociologia da UNILAB, e certos livros se encontram na Biblioteca da Unidade Acadêmica dos Palmares (UNILAB).

Além da revisão bibliográfica, iremos analisar as fontes primárias, como pode perceber, as fontes primárias são aqueles documentos de primeira mão que podem servir como fontes de informação para a pesquisa científica (Lakatos e Marconi, 1992). Na nossa pesquisa, serão analisados documentos redigidos no âmbito da aproximação política entre a Igreja Católica Romana e o Estado colonial português nos primeiros momentos da invasão europeia.

Devido às suas naturezas e ao período em que foram emitidos (século XV, início da expansão europeia), escolhemos analisar a *Bula Sane Carissimus* (emitida em 1418 pelo Papa Martinho V), a *Bula Etsi Suscepti* (emitida em 1442 pelo Papa Eugénio IV) e a *Bula Romanus Pontifex* (emitida em 1455 pelo Papa Nicolau V). É de referir que esses documentos tratam de um período antes da criação da Ordem jesuíta. E também iremos analisar as cartas de Padre Baltazar Barreira disponíveis. O nosso foco, na análise dessas fontes, consistirá em entender o foco desses documentos: objetivos, palavras-chave, formas de abordagens, etc., e iremos procurar entender os seus pios no âmbito político-religioso e, efetivamente, suas consequências no período da ocupação/colonização e como estão sendo vistos na contemporaneidade.

E, por fim, a nossa pesquisa sendo uma pesquisa que se interessa também debater sobre a identidade ou pertencimento cultural mediante o fenômeno religioso: *coisas dos*

*européus e coisas dos africanos*. Assim, interessa-nos também coletar os dados por meio de estudo de campo, com o método da observação direta extensiva. Para isso, a nossa técnica será a entrevista semiestruturada e história de vida. Segundo Lakatos e Marconi, a história de vida “tenta obter dados relativos à ‘experiência’ íntima de alguém que tenha significado importante para o conhecimento em estudo” (Lakatos e Marconi, 1992, p. 107).

Com a entrevista semiestruturada, pretendemos conversar um padre, uma irmã e três catequistas (com pelo menos vinte e cinco anos de idade), pertencentes à Igreja Católica da cidade de Cacheu. O objetivo é compreender a estrutura e o funcionamento da igreja na atualidade, identificar lugares e documentos históricos e analisar aspectos de contato e conflito entre a instituição e as comunidades locais.

Além disso, empregaremos a técnica da *história de vida* para dialogar com seis (6) moradores da cidade de Cacheu, preferencialmente pertencentes à comunidade mandjaku (grupo étnico do autor desta pesquisa) - maiores de cinquenta (50)<sup>30</sup> anos de idade, sendo três homens e três mulheres. Selecionaremos duas pessoas convertidas ao cristianismo (uma católica e uma evangélica), com pelo menos dez (10) anos de envolvimento em práticas cristãs; duas convertidas ao islamismo, com igual tempo de participação; e duas pessoas que nunca tiveram vivências no mundo cristão e que estejam ativamente envolvidas nas religiões “tradicionais”.

As nossas conversas serão norteadas pela necessidade de ouvir o relato da história de vida dos nossos participantes, com foco na experiência e vivência religiosa e memórias das coisas transmitidas pelos antepassados que vivenciaram o período colonial. Os nossos participantes serão selecionados por meio de contato comunitária e por indicações, e com a obtenção de consentimento.

Além dessas conversas, participaremos dos eventos religiosos (cultos evangélicos e missas das igrejas católicas, encontros islâmicos e encontros das religiões “tradicionais”, até onde for permitido), observando, na medida possível, todos os detalhes, especialmente o envolvimento da comunidade, etc.

---

<sup>30</sup>Escolhemos conversar com as pessoas a partir dessa faixa, por acreditar que são pessoas com grande experiência de vida e com conhecimento da realidade local, questões religiosas sobretudo e memória do passado, que possivelmente relatos das suas histórias de vida vão ser interessantes para o nosso estudo.

É exatamente nesse momento que é necessário lembrar das observações relevantes quando se trata de fazer estudo nas sociedades da tradição oral<sup>31</sup>. Na *A tradição oral e sua metodologia*, o historiador e antropólogo belga, Jean Vansina (2010), mostra que o pesquisador, além de delimitar a sociedade que pretende estudar, é necessário inserir nela; quer dizer, conhecer pelo menos uma das histórias (política, religiosa, econômica, social e modo de pensar) do grupo que pretende estudar. Vale ainda reforçar isso com a colocação de A. Hampaté Bâ (2010), quando afirma que, para fazer pesquisas ou coletar informações verdadeiras nessas sociedades, convém o pesquisador esquecer o seu próprio mundo.

Com o foco em compreender como a Missão Jesuíta atuou na paróquia de Cacheu, buscaremos, a partir desses três tipos de investigação, compreender as continuidades, rupturas e tensões entre as concepções religiosas e os conflitos ligados ao período colonial, relacionando-os às vivências contemporâneas no seio das sociedades guineenses. Os dados — documentais, bibliográficos e provenientes do trabalho de campo — serão analisados de forma interpretativa e comparativa, evitando juízos de valor e preconceitos, respeitando as perspectivas de cada obra, documento, relato ou depoimento. A interpretação será realizada sempre considerando o contexto histórico, a visão de mundo e o espírito de cada época.

Em nenhum momento esta pesquisa se destina a difamar ou defender princípios religiosos, políticos, culturais ou morais de uma determinada instituição ou comunidade. É igualmente importante enfatizar que não se trata de uma busca pela “essência” das religiões. O que nos interessa é examinar o papel político, social e econômico das crenças religiosas, cristianismo colonial em especial, e sua relação com outras crenças no período da invasão europeia e na atualidade, sem desconsiderar o debate contemporâneo sobre identidade e pertença cultural africana.

---

<sup>31</sup> E por ser mandjaku, trabalhando com a comunidade mandjaku, não elimina a consideração desse aspecto. Até porque eu sou mandjaku de Pelundo (uma *aldeia* no setor de Canchungo, região de Cacheu), porém, não nasci lá; desconheço, assim posso dizer, muita coisa sobre a realidade dos mandjakus, sobretudo fora do contexto dos de Pelundo.

## REFERÊNCIA

ANDAH, B. W. **África ocidental antes do século VII**. In: MOKHTAR, Gamal (org.). História Geral da África. Vol. II: África antiga. 2 ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 619-652.

BALDÉ, Alassam. **O papel da juventude guineense, no exercício da cidadania e no processo de consolidação de um Estado democrático de direito na Guiné-Bissau (1994 a 2022)**. Projeto de Pesquisa (graduação) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Redenção, 2023.

BARRY, Boubacar. **A Senegâmbia do séc. XV ao séc. XX: em defesa de uma história sub-regional da Senegâmbia**. Soronda: Revista de Estudos Guineenses, v.9, p. 3-21, jan. 1990. Disponível em: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=A00001582> . Acesso em: 25 set.2025.

BARRY, Boubacar. **Senegâmbia do século XVI ao XVIII: evolução dos Wolofes, dos Sereres e dos Tucolores**. In: OGOT, Bethwell Allan (org.). História Geral da África. Vol.V: África do século VXI ao VXIII. Brasília: UNESCO, 2010. p. 313-356.

BERTOLDO, Fernando Cardoso. **Bartolomeu de Las Casas e José de Acosta: um estudo comparativo sobre seus métodos de evangelização**. Revista Eletrônica Espaço Teológico, São Paula. v. 11, n. 20, p. 106-121, jul/dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2177-952X.2017v11i20p106-121>. Acesso em: 20 de fev. 2025.

CABRAL, Vasco. **Colonização e Religião: da primeira evangelização à colonização dos povos da Guiné**. Soronda: Revista dos Estudos Guineenses, nº 5, jan. 1988. Bissau, 1988, p. 39-49.

COSTA, Justen Da. **Processos da implantação da administração colonial na Guiné-Bissau: um caso da região de Cacheu**. Projeto de Pesquisa (graduação) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, São Francisco do Conde, 2022.

ESTÊVÃO, Nuno. **Os meios católicos portugueses perante a guerra colonial: reconfigurações da questão religiosa**. LUSITANIA SACRA, Lisboa, 2ª série, 12 (2000), p. 221-265, 2000. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitanciasacra/article/view/7426>. Acesso em: 26 fev.2024.

FERREIRA, João Brandão. **A conquista de Ceuta: aspectos políticos e estratégicos**. Revista Portuguesa de História Militar, Dossiê: da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI), ano II, n.2, jun.2022, ISSN 2795-4331.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONZÁLEZ, Justo L. **Uma história ilustrada do Cristianismo: A era dos mártires**. Trad. Key Yuasa. v. 1. São Paulo: Vida nova. 1995.

GONZÁLEZ, Justo L. **Uma história ilustrada do Cristianismo: A era dos gigantes**. Trad. Hans Udo Fuchs. v. 2. São Paulo: Vida nova. 1995.

HAMPÂTÉ BÂ, A. **A tradição viva**. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). História Geral da África. Vol. I: Metodologia e pré-história da África. 2 ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167-213.

JÚNIOR, Luís Fernandes. **Religião como meio de resistência cultural na Guiné-Bissau**, 2016. 52 f. Monografia (graduação) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, São Francisco do Conde, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

LOPES, Carlos. **O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos**. Afro-Ásia, Bahia, n 32, p. 9-28. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afoasia/article/download/21086/14603>. Acesso em: 20 set. 2025.

LUÍS, Alexandre António da Costa. **Estudos sobre a Expansão Portuguesa**. Covilhã: Universidade da Beira Interior: LUSOSOFIA Press, 2023.

LY-TALL, Madina. **O declínio do Império do Mali**. In: NIANE, Djibril Tamsir (org.). História Geral da África. Vol. IV: África do século XII ao XVI. 2 ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 193-210.

MACEDO, José Rivair. **Mouros e cristãos: a ritualização da conquista no velho e no novo mundos**. MÉTIS: história & cultura, Caxias do Sul, v. 3, n. 6, p. 129-151, jul. / dez. 2004. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1163>. Acesso em 09 set. 2025.

MEMMI, Albert Memmi. **Existe o colonial?** In: Retrato do Colonizado precedido pelo retrato do Colonizador. Marcelo Jacques de Moraes (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. p. 35-52.

MENDES, Virgília Vicente. **Rituais de iniciação do povo Manjaco da Guiné-Bissau: Adivinho/Napene e Régulo/Namantch**. Graduação - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, São Francisco do Conde, 2017.

MICHELAN, Kátia Brasilino. **Ceuta, para além da terra dos mouros: a fabricação histórica de um marco do império português (século XV e início do XVI)**. 2013. 116 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2013.

NIANE, Djibril Tamsir. **O Mali e segunda expansão manden**. In: NIANE, Djibril Tamsir (org.). História Geral da África. Vol. IV: África do século XII ao XVI. 2 ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 133-192

RECHEADO, Carlene. **As Missões Franciscanas na Guiné (XVII)**. 2010. 65 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2010.

SANTOS, Vanicléia Silva. **Bexerins e jesuítas: religião e comércio na Costa da Guiné (século XVII)**. Méti, p. 187-213, 2012. MÉTIS: história & cultura, Caxias do Sul, v. 10, n. 19, p. 187-213, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/1745/1105/5866>. Acesso em: 24 dez.2024.

SILA, Abdulai. **A última tragédia**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2011.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado**. Recife: Editora UFPE, 2015.

VANSINA, J. **A tradição oral e sua metodologia**. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). História Geral da África. Vol. I: Metodologia e pré-história da África. 2 ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 139-166.

WONDJI, Christophe. **Os Estados e as culturas da costa da Alta Guiné**. In: OGOT, Bethwell Allan (org.). História Geral da África. Vol. V: África do século VXI ao VXIII. Brasília: UNESCO, 2010. p. 437-474.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa** 2. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.